

Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades

CDD. 20.ed. 306.483
796.3328

Silvana Vilodre GOELLNER*

*Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resumo

Fundamentada na abordagem teórico-metodológica da história cultural e dos estudos de gênero, este artigo discute a mulher e o futebol no Brasil. **Objetiva evidenciar que há muito tempo as mulheres protagonizam histórias no futebol brasileiro ainda que tenham pouca visibilidade, seja na mídia, no cotidiano dos clubes e associações esportivas, na educação física escolar ou nas políticas públicas de lazer.** Para analisar a inserção das brasileiras no futebol utilizei como fontes primárias de pesquisa, documentos produzidos no início do século XX, tais como periódicos, matérias jornalísticas, livros de esportes e de educação física. Além destas fontes analisei publicações recentes sobre essa temática buscando evidenciar os vestígios e as rupturas existentes entre diferentes épocas. Através da técnica da análise de conteúdo foi possível compreender que a associação entre o esporte e a masculinização da mulher atravessa décadas e, mesmo que em muitas situações as atletas tenham saído das zonas de sombra, ainda hoje são recorrentes algumas representações discursivas que fazem a apologia da beleza e da feminilidade como algo a ser preservado, em especial, naquelas modalidades esportivas consideradas como violentas ou prejudiciais a uma suposta natureza feminina.

UNITERMOS: Futebol; Mulheres; Brasil; Esporte; Gênero.

Introdução

Vários são os argumentos possíveis de serem recrutados para explicar ou, ainda, explicar a pouca visibilidade conferida às mulheres no futebol brasileiro. Para **além da justificativa da ausência de patrocínio** (MULHERES..., 2003, p.40) recorro à dois deles que são facilmente identificados em vários espaços sociais: **a aproximação, por vezes recorrente, entre o futebol e a masculinização da mulher e naturalização de uma representação de feminilidade que estabelece uma relação linear e imperativa entre mulher, feminilidade e beleza.** Por estarem profundamente entrelaçados, esses argumentos acabam por **reforçar alguns discursos direcionados para a privação da participação das mulheres em algumas modalidades esportivas tais como o futebol e o as lutas.**

Considerando o papel pedagógico das práticas corporais e esportivas torna-se necessário colocar em suspeição discursos dessa ordem, afinal, o que significa “masculinização da mulher” num tempo onde as fronteiras entre os gêneros estão constantemente borradas? Que argumentos justificam tal “temor”? Se o esporte é um espaço que possibilita o exercício de

sociabilidades por que determinadas modalidades, ao invés de serem incentivadas, são consideradas, mesmo no século XXI, como uma ameaça?

Fundamentada na abordagem teórico-metodológica da história cultural (HUNT, 1992; LE GOFF, 1998; PESAVENTO, 2004) e dos estudos de gênero (LOURO, 1995; SCOTT, 1995), este artigo discute **a participação da mulher brasileira no futebol, modalidade esportiva considerada, pelo imaginário social, como integrante da identidade nacional.** Objetiva, sobretudo, evidenciar que há muito tempo as mulheres protagonizam histórias no futebol brasileiro ainda que tenham pouca visibilidade, seja na mídia esportiva, no cotidiano dos clubes e associações esportivas, na educação física escolar ou nas políticas públicas de lazer. Para analisar a inserção das brasileiras no futebol utilizei como fontes primárias de pesquisa, **documentos produzidos na primeira metade do século XX, tais como periódicos, matérias jornalísticas, livros de esportes e de educação física.** Além destas fontes analisei publicações recentes sobre essa temática buscando evidenciar

os vestígios e as rupturas existentes entre diferentes épocas no que tange às mulheres e o futebol no Brasil. Através da técnica da análise de conteúdo foi possível compreender que a associação entre o esporte e a masculinização da mulher atravessa décadas e, mesmo que em muitas situações as atletas

tenham saído das zonas de sombra, ainda hoje são recorrentes algumas representações discursivas que fazem a apologia da beleza e da feminilidade como algo a ser preservado, em especial, naquelas modalidades esportivas consideradas como violentas ou prejudiciais a uma suposta natureza feminina.

As mulheres e os esportes

Por certo que a prática esportiva feminina não é novidade deste século nem do passado, no entanto, é somente a partir das primeiras décadas do século XX que as mulheres conquistaram maior espaço neste território tido como “essencialmente” masculino. Uma das razões para tal conquista foi a participação feminina nos Jogos Olímpicos Modernos que, apesar de não ter se consolidado de forma tranqüila, muito menos fácil, possibilitou certa visibilidade à imagem da mulher atleta. As mulheres foram “autorizadas” a fazer parte deste evento, apenas na sua segunda edição, mesmo sob protesto de alguns de seus idealizadores, cujas intervenções no âmbito da organização das competições, direcionavam-se para que elas apenas assistissem aos jogos e não deles participassem.

Pierre COUBERTIN era um defensor dessa idéia, pois acreditava que a inserção das mulheres no esporte competitivo, em especial nas Olimpíadas, poderia vulgarizar esse ambiente recheado de honras e conquistas.

Technicamente as jogadoras de futebol ou as pugilistas que se tentou exhibir aqui e ali não apresentam interesse algum; serão sempre imitações imperfeitas. Nada se aprende vendo-as agir; e assim os que se reúnem para vel-as obedecempreocupações de outra especie. E por isso trabalham para a corrupção do esporte, aliás, para o levantamento da moral geral. Si os esportes femininos forem cuidadosamente expurgados do elemento espetáculo, não há razão alguma para condenal-os. Ver-se-á, então, o que delles resulta. Talvez as mulheres compreenderão logo que esta tentativa não é proveitosa nem para seu encanto nem mesmo para sua saúde. De outro lado, entretanto, não deixa de ser interessante que a mulher possa tomar parte, em proporção bem grande, nos prazeres esportivos do seu marido e que a mãe possa dirigir inteligentemente a educação physica dos seus filhos (COUBERTIN, 1938, p.46).

Subjacente a essa interdição, havia a concepção de que o suor excessivo, o esforço físico, as emoções

fortes, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, abrandariam os limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina. Além disso, poderiam desestabilizar a estruturação de um espaço de sociabilidade criado e mantido sob domínio masculino, cuja justificativa para sua consolidação, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas. Segundo a historiadora Helen LENSKYJ:

A habilidade esportiva dificilmente se compatibiliza com a subordinação feminina tradicional da sociedade patriarcal; de fato, o esporte oferecia a possibilidade de tornar igualitárias as relações entre os sexos. O esporte, ao minimizar as diferenças socialmente construídas entre os sexos, revelava o caráter tênue das bases biológicas de tais diferenças; portanto, constituía uma ameaça séria ao mito da fragilidade feminina. (LENSKYJ citado por ADELMAN, 2003, p. 448).

Vale lembrar que no início do século XX, o fortalecimento do corpo feminino através da exercitação física era visto como uma maneira de melhor preparar as mulheres para a condução de uma boa maternidade cumprindo, assim, com a máxima de que “as mães fortes são as que fazem os povos fortes” (THARDIÉRE, 1940, p.60). No entanto, não eram quaisquer atividades aquelas que lhes eram recomendadas e o futebol, designado como muito violento para a conformação corporal feminina, caracterizava-se como uma delas.

No Brasil, discursos como estes também se fizeram presentes, mesmo num tempo onde sopravam os ventos da modernidade o que, de certa forma, pressupunha a relativização de determinados preconceitos com relação a ampliação da participação feminina em diferentes instâncias sociais. Nos primeiros anos do século XX as cidades agitavam-se

frente a inevitável metropolização, cujo ritmo fremente fazia pulsar todos os espaços de circulação pública, redesenhando o espaço urbano e reordenando a energia física dos indivíduos. Foi exatamente nesse período que começaram a proliferar, nas cidades, os clubes recreativos, as agremiações, as federações, os campeonatos, as exposições atléticas... locais destinados à performance de corpos educados e desenhados pela exercício física (GOELLNER, 2003).

Mesmo que as mulheres participassem de alguns eventos esportivos, o temor à desmoralização feminina frente à exibição e espetacularização do corpo se traduzia num fantasma a rondar as famílias, em especial, as da elite. A prática esportiva, o cuidado com a aparência, o desnudamento do corpo e o uso de artifícios estéticos, por exemplo, eram identificados como impulsionadores da modernização da mulher e da sua auto-affirmação na sociedade e, pelo seu contrário, como de natureza vulgar que a aproximava do universo da desonra e da prostituição.

Nicolau SEVCENKO, ao identificar a influência do esporte no processo de modernização das sociedades urbanas brasileiras, fornece alguns exemplos para pensarmos no impacto que as modificações no comportamento feminino causaram neste tempo, onde o esporte tornava-se moda e a moda adquiria contornos esportivos. Escreve o historiador:

O grande espanto e o escândalo galopante, porém, iria ocorrer, como se podia esperar, com a mudança dos hábitos e trajes femininos. Num mundo até então polarizado quase exclusivamente em torno da figura masculina, as moças aderiam, com frenético entusiasmo aos hábitos modernos e desportivos, delicias com os ares de independência e voluntariedade que eles conotavam, desencadeando assim uma comoção que atravessou a década. Os tecidos leves, transparentes e colantes; a renúncia aos adereços, enchementos, agregados de roupas brancas, perucas, armações e anquinhos; o rosto ao natural, a cabeça descoberta e os cabelos cortados extremamente curtos, quase raspados na nuca davam às meninas uma intolerável feição masculina, agressiva, aventureira, selvagem (SEVCENKO, 1992, p.49-50).

Além do medo de que a participação das mulheres em atividades esportivas pudesse desonrá-las havia, ainda, outra preocupação: seu sucesso nestas práticas poderia infringir as leis da natureza pois, ao mostrarem-se mais fortes do que se supunha, seria fissurado o discurso das diferenças naturais cuja base estava assentada na sobrepujança física de um sexo sobre outro. Segundo endocrinologista BERARDINELLI:

A mulher moderna procura a tendência masculina, porque biologicamente, morfológicamente,

psicologicamente ela está tomando essa orientação. Trabalhando como o homem, intoxicando-se como o homem (fumo, álcool), tendo emoções semelhantes às do homem, praticando o "birth-control", a mulher atrofia as suas funções ovarianas, modifica o funcionamento de outras glândulas e toda a sua fisionomia diferencial sexual, tendendo a distinguir-se menos (1939, p.14-5).

Citações como estas permitem identificar que, na fase de estruturação do esporte feminino no país, idéias progressistas e moralistas seduziam e desafiavam as mulheres, tanto para a exibição quanto para o ocultamento de seus corpos, ora forjando novas formas de cuidar de si, ora reforçando a idéia de que a exibição pública do seu corpo estava associada ao universo pagão das impurezas e obscenidades. Se por um lado, havia a crítica à indolência, à falta de exercícios físicos, ao excesso de roupas, ao confinamento no lar, por outro, ampliavam-se as restrições a uma efetiva inserção feminina em diferentes espaços públicos o que, de certa maneira, cerceava alguns possíveis atrevimentos. E o futebol era um deles.

Território permeado por ambigüidades, o mundo esportivo, simultaneamente, fascinava e desassossejava homens e mulheres, tanto porque contestava os discursos legitimadores dos limites e condutas próprias de cada sexo, como porque, através de seus rituais, fazia vibrar a tensão entre a liberação e o controle de emoções e, também, de representações de masculinidade e feminilidade.

A tensão presente entre diferentes concepções acerca relação entre mulheres e atividades físicas fez com que houvesse, por parte de alguns setores da sociedade brasileira, um movimento de cerceamento à participação das mulheres em determinadas modalidades esportivas. Fruto desse movimento, em 1941, o General Newton Cavalcanti apresentou ao Conselho Nacional de Desportos, subsídios para a elaboração de um documento¹ que oficializou a interdição das mulheres a algumas modalidades, tais como as lutas, o boxe, o salto com vara, o salto triplo, o decatlo e o pentatlo; outras foram permitidas, desde que praticada dentro de determinados limites. Em 1965, o Conselho Nacional de Desportos aprovou, a Deliberação no. 7 que, em seu artigo segundo registrava não ser permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, "rugby", halterofilismo e "baseball".

Mesmo não sendo homogêneo o pensamento dessa época, estes documentos oficiais expressam representações sobre o esporte naquele contexto cultural. Reforçavam, também, concepções normatizadas de

feminilidade, em geral, associadas à maternidade e à beleza feminina e, para as quais, esportes considerados como “violentos” deveriam passar ao largo das experiências de sociabilização das meninas e moças. Em 1940, por exemplo, Hollanda LOYOLA, editor da Revista Educação Physica², publicou um texto cujo título é ilustrativo dessa afirmação: “Pode a mulher praticar o futebol?”. Inquieto com a repercussão que esta prática esportiva parecia representar naquele momento, escreve:

Mais uma conquista de Eva... o futebol. Há cerca de uns três meses um grupo de moças dos mais conceituados clubes esportivos dos subúrbios da nossa Capital (Rio de Janeiro) iniciou a prática do futebol feminino entre nós. Organizaram quadros e, de acordo com as regras oficiais do “Football Association”, teem as nossas patrícias disputado várias partidas entre vários clubes. Tal acontecimento, pelo sabor da novidade, provocou sensação e a imprensa esportiva explorou-a hábilmente através de um noticiário minucioso e de propaganda intensa, aumentando o entusiasmo do público e o “elan” das jogadoras. E as partidas repetiram-se animadas e concorridas, violentas e movimentadas, com todas as características do jogo masculino, sem mesmo lhes faltar esse complemento que parece imprescindível no famoso esporte bretão - as agressões e os socos.... As nossas patrícias - belas e gentis - foram completas na exibição de seu futebol, igualaram a popularidade e o prestígio dos Faustos e dos Leônidas. A propósito desse sensacional acontecimento esportivo inúmeras teem sido as consultas a nós endereçadas sobre esse tema: Pode a mulher praticar o futebol? (LOYOLA, 1940, p.41).

Esse excerto mostra-se fértil para compreendermos que, mesmo sendo oficial o discurso da interdição da participação das mulheres em esportes considerados ofensivos para a sua “natureza”, as práticas esportivas eram experienciadas por muitas mulheres que, indiferentes às convenções morais e sociais daquele tempo, aderiram a sua prática independente do discurso hegemônico da proibição. O futebol não escapa à essa constatação. Em 1921, por exemplo, há registro de um jogo realizado na cidade de São Paulo entre senhoritas “tremembenses” contra senhoritas “cantareinenses” (MOREL & SALLES, 2005, p.262).

Em que pese a existência de outras partidas e jogos anteriores a esta data, é concreta a participação

feminina no futebol, tal como o demonstram Ludmila MOURÃO e Márcia MOREL ao analisarem as narrativas da mídia impressa entre 1930 e 2000, cujas fontes analisadas permitem identificar, já na década de 30 do século XX, várias crônicas em jornais e revistas referindo-se ao futebol feminino. Vejamos uma delas:

Graças a iniciativa do Brasil F. C. da segunda divisão da AMEA³, o povo suburbano já assistiu com muito agrado o desenrolar de uma partida de football tendo como contendores teams formados exclusivamente de moças.

O resultado foi um empate de 0-0, em vista do prélio não haver terminado, pois, um dos quadros – imitando os footballers “barbados” – retirou-se de campo não sendo, por isso, aberto o score.

Querendo ganhar no campo contra todas as energias das antagonistas, as componentes da equipe favorecida pediram “revanche”, ou melhor, deu-a (JORNAL DOS SPORTS citado por MOURÃO & MOREL, 2005, p.76).

Mesmo que incipiente, a participação das mulheres no futebol representava uma transgressão ao hegemonicamente aceito como constitutivo da identidade feminina que tinha na imagem da mãe grande aceitabilidade. Lembremos que neste tempo o corpo feminino é visto como um bem social a alojar a esperança de uma prole sadia. É no seu corpo que se gestava o bom fruto e o “fructo é o transbordamento da seiva que se desprende para reproduzir-se” (AZEVEDO, 1920, p.10). O fruto era, portanto, resultado de um projeto social que percorria o corpo feminino inscrevendo-lhe marcas que, simultaneamente, evidenciavam seu fortalecimento e asseguravam sua fragilidade uma vez que continuavam a demarcar seu local social a partir dos contornos de sua natureza anatômica⁴.

O que é preciso, no entanto, ter sempre em vista na educação physica é a diferença do sexo (...) Os órgãos de agressão e defeza no homem reclamam violencia de movimento, na mulher apenas gestos suaves, a quasi quietude. Por ex. o olhar do homem está habituado a produzir o medo e os signaes da energia e do mando; o da mulher é velludoso e educa-se em attrahil-os. A violencia e o exercicio no homem criam as asperezas da superficie do corpo pelo desenvolvimento de ossos e musculos. A maternidade ou a sua predestinação avoluma as fórmas do ventre, nos seios e nos membros inferiores (AZEVEDO, 1920, p.94).

As mulheres e o futebol: um território pleno de ambigüidades

Ainda que as mulheres brasileiras tenham praticado o futebol já nos primórdios do século XX, é evidente que essa participação foi significativamente menor que a dos homens, inclusive porque os decretos oficiais da interdição a determinadas modalidades impossibilitaram, por exemplo, que os clubes esportivos investissem em políticas de inclusão das mulheres nos esportes. Esse movimento terá seu início apenas no final da década de 70, quando se estabelecem novas bases para a organização do esporte no país, fazendo com que, em 1979, fosse revogada a deliberação do Conselho Nacional de Desportos que vedava a prática do futebol e do futebol de salão pelas mulheres.

Decorrentes desse movimento novas perspectivas despontam para o futebol feminino no Brasil. Já nos primeiros anos da década de 80 surgem vários times femininos, alguns clubes criam suas equipes e alguns campeonatos femininos adquirem visibilidade no calendário esportivo nacional.⁵

A ampliação de atividades relacionadas ao futebol feminino possibilitou diferentes apropriações por parte das mulheres. Se por um lado, sua inserção no futebol pode ser observada como uma atitude transgressora porque as mulheres fizeram valer suas aspirações, desejos e necessidades, enfrentando um universo caracterizado como próprio do homem, por outro, pode significar uma adaptação aos valores e práticas comuns a esse esporte visto que, em algumas situações, essa inserção esteve atrelada a afirmação de uma representação hegemônica de feminilidade “medida”, como se pode esperar, pela aparência dos corpos das jogadoras.

Se para as mulheres do início do século XX a beleza era vista como sinônimo de saúde e também de uma genitália adequada para cumprir suas funções reprodutivas, a partir dos anos 70, a esse discurso se incorporará outro: o da erotização de seus corpos. Assim, estádios, ginásios, academias, parques e praças são identificados como locais sociais a espetacularizar os corpos das mulheres ressaltando alguns atributos designados como característicos de seu sexo: a graciosidade, a beleza e, sobretudo, a sensualidade. Objeto do olhar de outrem, o corpo erotizado no e pelo esporte, inventa uma imagem da atleta contemporânea que, mesmo exercitada fisicamente, inscreve no seu corpo marcas que o tornam absolutamente desejável.

Um exemplo ilustrativo dessa situação foi a reedição, em 2001, do “Paulistana”, campeonato

paulista feminino de futebol organizado pela Federação Paulista de Futebol onde as atletas, para participarem do campeonato:

precisavam cumprir algumas condições estéticas, pois os dirigentes da FPF prometiam literalmente um campeonato bom e bonito, que unisse o “futebol à feminilidade”. Assim, por exemplo, atletas de cabelos raspados foram barradas - a preferência era por moças de cabelos compridos; também havia um componente etário nas pré-condições, as atletas não poderiam ter mais de 23 anos para jogarem, provavelmente pelo fato das imagens das mais novas serem mais facilmente erotizáveis na mídia em geral (KNIJNIK & VASCONCELLOS, 2003, p.5).

Não há dúvidas de que essa espetacularização não se localiza apenas nos espaços onde acontece a prática esportiva. Ela pode ser observada em outros locais sociais e, ainda, em diferentes instâncias culturais tais como revistas, propagandas, “outdoors”, programas televisivos, cartazes, filmes, etc. Nesses e em outros lugares é possível identificar um processo educativo a produzir a espetacularização tanto de quem vê, quanto de quem é ou sente-se o próprio espetáculo, seja pela exibição de performances cada vez mais aprimoradas e pela construção de corpos comumente identificados como perfeitos, seja pela associação da sua prática com a aquisição de saúde e de beleza e a relação desta com a erotização dos corpos.

A reportagem “Flores do Campo” publicada por Maurício Cardoso na revista *Veja* após a participação da equipe feminina na Olimpíada de Atlanta, em 1996, aponta para um dos objetivos pelos quais erotizar o corpo feminino faz parte do espetáculo esportivo. A matéria afirma que, além da competência técnica, para ter sucesso nesse empreendimento as mulheres também precisam cuidar de sua aparência. “No futebol masculino, a competência dos jogadores é fundamental para transformar o esporte em um empreendimento comercial. Mas no jogo das mulheres, ao contrário dos homens, isso não é suficiente. Os clubes estão exigindo que além de saber bater sua bolinha as jogadoras sejam bonitas” (CARDOSO citado por SILVA, COSTA & SALLES, 1998, p.108).

O apelo à beleza das jogadoras e a erotização de seus corpos tem como um dos pilares de sustentação o argumento de que, se as moças forem atraente, atrairão público aos estádios e, portanto, ampliarão os recursos captados com os jogos, propagandas, produtos e serviços a girar em torno da modalidade. Atrairão, sobretudo, patrocinadores,

cuja ausência é comumente apontada pela mídia esportiva como um dos grandes problemas do futebol feminino no Brasil. “O custo e a falta de patrocínio são os maiores empecilhos do esporte” (MULHERES..., 2003, p.42).

Agrega-se a esse discurso do mercado, ou ainda, da fala de condições de manter-se nele, um outro que há muito tempo ronda os espaços onde acontece a prática de atividades físicas tais como o futebol: o da masculinização das mulheres.

Não negamos à mulher os mesmos direitos concedidos ao homem, porém não compreendemos que a mulher interprete essa igualdade procurando imitá-lo física, moral e intelectualmente, testemunhando dessa maneira uma superioridade inexistente. Sim, porque só almejamos igualar o que nos supera. Quanto às qualidades morais que todos os esportes coletivos desenvolvem, achamos ser o futebol, pela sua natural violência, um exacerbador do espírito combativo e da agressividade, qualidades incompatíveis com o temperamento e o caráter feminino. Quanto ao desenvolvimento intelectual, facilmente concordaremos que o futebol não é dos mais eficientes. Portanto não sendo aconselhado por motivos higiênicos, físicos ou morais, não será pelo seu reduzidíssimo valor intelectual que a mulher o vá praticar. Assim, pelas razões acima expedidas, que envolvem matéria de ordem técnica é nossa opinião ser o futebol, para a mulher, anti-higiênico e contrário à natural inclinação da alma feminina. (BALLARYNI, 1940, p.36).

Diante de afirmações como estas não é de estranhar as razões pelas quais o futebol passou a ser visto (e, muitas vezes, ainda é) como prejudicial ao desenvolvimento do corpo e do comportamento femininos. Para além dos imaginados danos físicos que esse esporte poderia causar, o receio de que pudesse masculinizar as praticantes direciona-se, não apenas para as modificações de seu caráter, mas, sobretudo, para a sua aparência. Afinal, julgava-se/julga-se o quão feminina é uma mulher pela exterioridade do seu corpo.

Os argumentos que sustentam esses discursos estão ancorados em uma representação essencialista dos gêneros, segundo a qual, a cada sexo correspondem algumas características que lhe são inerentes e, estas os define. Pressupõe, portanto, a existência de uma certa essência masculina e/ou feminina considerada natural e imutável. A esta concepção opõe-se uma outra, que afirma ser o gênero uma construção social e, por assim ser, admite, para cada pólo da unidade binária (masculino/feminino), diferenças significativas.

Partindo das teorizações pós-estruturalistas, esse olhar sobre os gêneros, inaugurado pela historiadora norte-americana Joan Scott, rompe significativamente com a noção de que exista um único jeito masculino ou feminino de ser. A masculinização das mulheres pelo futebol, portanto, só pode ser compreendida a partir de uma representação essencialista dos gêneros que não permite visualizar as multiplicidades que cada um dos dois pólos contém. Representa, ainda, admitir ser o futebol um esporte masculino e que, quando jogado pelas mulheres, deve se realizar de forma a evitar que sejam transpostos alguns limites culturalmente construídos e identificados como inerentes a cada gênero. Assim, se o futebol não pode masculinizar deve, no sentido inverso, reforçar sua feminilização.

Nesse contexto, feminizar as mulheres é, sobretudo, feminizar a aparência e o uso dos seus corpos. É também construir uma narrativa que ressalta a beleza, a graciosidade e a sensualidade como seus maiores atributos, reforçando, portanto, uma representação hegemônica de feminilidade. A reportagem publicada pelo jornal mineiro “Hoje em Dia”, no ano de 1990, evidencia essa afirmação:

Cariocas conquistaram os mineiros – Elas driblam, matam a bola no peito, caem, se machucam, mas não se esquecem do lado feminino. Assim é o time de futebol de salão do Country/Poquet, do Rio de Janeiro, formados por garotas bonitas e boas de bola. Sem perder a pose de atletas, elas entram em quadra “produzidas”, ouvindo logo um comentário: “Bonitas desse jeito, será que elas jogam futebol?” (MOURÃO & MOREL, 2005, p.81)

A espetacularização do corpo feminino é aceita e incentivada em determinados locais sociais, em especial, aqueles que valorizam uma representação de feminilidade construída e ancorada na exacerbação, por exemplo, da beleza e da sensualidade. Noutros, como o campo de futebol ou as arenas de lutas, essa espetacularização direciona-se para o estranhamento a estes corpos femininos performantes, fundamentalmente, porque às mulheres, cuja aparência corporal é excessivamente transformada pelo exercício físico e pelo treinamento contínuo, são atribuídas características viris que não apenas questionam sua feminilidade mas também colocam em dúvida a autenticidade do seu sexo. Afinal, o homem - seu corpo e seu comportamento - é o modelo a partir do qual o corpo e o comportamento da mulher são julgados, estigmatizando aquelas que ultrapassam os limites que convencionalmente lhe foram impostos. Não raras vezes as jogadoras de futebol são questionadas acerca de sua

sexualidade, parecendo ser “natural” essa inspeção. A Revista Veja, em 19/04/2000 publicou uma matéria de autoria de Maurício CARDOSO cuja temática era a ameaça, por parte das mulheres, da supremacia dos homens no esporte. Depois de mencionar os significativos avanços das atletas em várias modalidades esportivas, o texto cita o futebol feminino.

As brasileiras do futebol terminaram a última Copa do Mundo em terceiro lugar e vão a Sydney sonhando em ganhar uma medalha. A atacante Sissi, que terminou a Copa como artilheira, foi eleita a segunda melhor jogadora do mundo. Mas de volta ao Brasil, continuou tendo de jogar futebol de salão para completar seu salário de 4.000 reais por mês. A maior dificuldade que enfrenta, no entanto, é a língua de serpente. “A primeira pergunta que me fazem é se tenho namorado. Para os jogadores essa é uma questão que aparece depois. Por quê?”, pergunta ela. Sissi prefere ver futebol a assistir novela na televisão e corta o cabelo curtinho, como homem. “Sexualidade é coisa íntima sobre a qual não tenho de dar satisfação (CARDOSO, 2000, p.21).

Agrega-se, portanto, ao discurso da masculinização da mulher a associação entre a aparência corporal e a identidade sexual, ou melhor, a suspeição de que a mulher que habita esse corpo “viril” vivencia seus desejos, seus amores e seus prazeres a partir de um referente que não aquele considerado

como “normal”, qual seja o da heterossexualidade. Essa associação toma como sinônimas as identidades de gênero e as identidades sexuais. Para Jeffrey WEEKS,

O gênero (a condição social pela qual somos identificados como homem ou mulher) e a sexualidade (a forma cultural pela qual vivemos nossos desejos e prazeres corporais) tornaram-se duas coisas inextricavelmente vinculadas. O resultado disso é que o ato de cruzar a fronteira do comportamento masculino e feminino apropriado (isto é, aquilo que é culturalmente definido como apropriado) parece, algumas vezes, a suprema transgressão (WEEKS, 1999, p.11).

Em reportagem publicada no Jornal O Dia, no ano de 1997, a filha caçula de um dos mitos do futebol brasileiro, Garrincha, relata os vários esforços que fez para convencer a mãe a aceitar sua participação como atleta no universo do futebol. “Ela só quer que eu arrume um namorado. Tem medo que pensem que eu sou sapatão” (SILVA, COSTA & SALLES, 1998, p.113). Exemplos como este evidenciam o quanto o talento e o corpo de determinadas atletas provocam desconfiças, em especial aqueles cujo comportamento e aparência excedem algumas das fronteiras estipuladas como identificadoras da identidade de cada gênero. Talentos e corpos esses que, não raras vezes, carregam em si o estigma da imperfeição ou do desvio.

Mulheres e futebol no Brasil: um território ainda a conquistar

Transgressoras ou não, as mulheres há muito estão presentes no futebol brasileiro. Vão aos estádios, assistem campeonatos, acompanham o noticiário, treinam, fazem comentários, divulgam notícias, arbitram jogos, são técnicas, compõem equipes dirigentes... enfim, participam do universo futebolístico e isso não há como negar⁶. Certamente algumas destas mulheres transgridem ao que convencionalmente se designou como sendo próprio de seu corpo e de seu comportamento, questionam a hegemonia esportiva masculina historicamente construída e culturalmente assimilada e enfrentam os preconceitos e também as estratégias de poder que estão subjacentes a eles. Outras, no caminho inverso, moldam-se aos padrões masculinos de modo a não questionar nem os preconceitos, nem as regras que o regem, expresso em atitudes, piadas, comportamentos, posturas corporais e discursos. No e pelo esporte, reafirmam

sua feminilidade e sua identidade, exibem sua beleza e espetacularizam seus corpos.

Mais do que analisar as posturas individuais das atletas importa perceber que, apesar da sempre crescente presença feminina na vida esportiva do país, a situação atual das mulheres nesta modalidade deve ser avaliada com cautela. Não há dúvidas que o número mulheres praticantes de futebol em clubes, escolas e área de lazer aumentou se comparado à década anterior bem como são bastante expressivas as conquistas da seleção nacional que, desde o final dos anos 90, vem marcando sua história em eventos de grande projeção internacional.⁷

No entanto, apesar destes significativos avanços, ainda é precária a estruturação da modalidade no país pois são escassos os campeonatos, as contratações das atletas são efêmeras e, praticamente, inexistem políticas privadas e públicas direcionadas para o incentivo às meninas e mulheres que desejam praticar esse esporte, seja como participantes eventuais, seja como atletas

de alto rendimento. Para além destas situações a mídia esportiva pouco espaço confere ao futebol feminino e quando o faz, geralmente, menciona não tanto os talentos esportivos das atletas, árbitras ou treinadoras mas a sua imagem e o seu comportamento. Exemplar dessa maneira quase naturalizada da imprensa brasileira se referir às mulheres no futebol pode ser observada na reportagem que o *Jornal Zero Hora* publicou, no dia 11 de maio de 2005, sobre a auxiliar de arbitragem Ana Paula de Oliveira cuja competência vem sendo destacada pelos pares. Intitulada “Uma celebridade do apito” a matéria evidencia os atributos físicos da árbitra em campo e também no 15o. Encontro do Esporte, realizado na cidade de Porto Alegre, onde foi bastante

assediada pelos participantes. Diogo OLIVIER, autor da reportagem, escreve: “o fato é que, de um jeito ou outro, todos queriam ver a bandeirinha de perto em trajes sociais. Nas mesas, os homens discutiam se ela ficava melhor de cabelo preso e rabo-de-cavalo, como nos gramados, ou de madeixas soltas, como ontem” (2005, p.49).

Enfim, em se tratando de um país como o Brasil, onde o futebol é discursivamente incorporado à identidade nacional, torna-se necessário pensar, o quanto este ainda é, para as mulheres, um espaço não apenas a conquistar mas, sobretudo, a ressignificar alguns dos sentidos que a ele estão incorporados de forma a afirmar que esse espaço é também seu. Um espaço de sociabilidade e de exercício de liberdades.

Abstract

Women and soccer in Brazil: between shadows and visibilities

Based on the theoretical methodological approach of cultural history and study of gender, this article discusses women and soccer in Brazil. It aims to show that for long women play important roles in Brazilian soccer, even though they have little visibility, on the media, on the everyday life of clubs and sport associations, on physical education schools or in the public leisure practices. To analyze the insertion of Brazilian women in soccer I used as primary sources of research documents from the beginning of the 20th century, such as periodicals, journalistic articles, sports and physical education books. In addition, I analyzed recent publications trying to point out the traces and the disruption existent in different times. It was possible through the analysis technique to understand that the association between sport and the masculinization of women goes through decades and, even though in many situations athletes had left the shadows, there are still recurrent some speech representations that praise the beauty and femininity as something to be preserved, specially on those sports considered violent or harmful to a presumed female nature.

UNITERMS: Soccer; Women; Brazil; Sport; Gender.

Notas

1. Decreto-Lei no. 3199, do Conselho Nacional de Desportos, de 14 de abril de 1941 (BRASIL, 1941).
2. Primeira revista específica de Educação Física publicada no Brasil. Circulou entre 1932 e 1945.
3. Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (Rio de Janeiro).
4. Thomas LAQUEUR (2001), no livro “Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud”, analisa como, em diferentes momentos históricos, o corpo biológico foi tomado como justificador de diferenciações políticas, culturais e sociais entre os sexos.
5. Em 1981 foi fundada a Liga de Futebol de Praia Feminino do Rio de Janeiro com a realização de um evento. No mesmo ano o Esporte Clube Radar, do Rio de Janeiro, implantou o futebol feminino. Em 1983 realiza-se o 1º Campeonato Carioca da Futebol de Campo bem como o “Copertone Copacabana Beach”, evento que reuniu quatorze clubes, inclusive equipes internacionais da França, Portugal e Espanha. Em abril deste ano o Futebol Feminino é reconhecido como esporte no Diário Oficial da União através de uma resolução do Conselho Nacional de Desportos (MOREL & SALES, 2005, p.262).
6. Segundo dados da FIFA de 2000, há 21.8 milhões de jogadoras de futebol. No Brasil, neste ano, estavam registradas 36 mil jogadoras sem contar crianças e praticantes ocasionais. Dentre essas, quatro mil eram registradas em federações e

- 30 mil participavam de times amadores. (MULHERES..., 2003,p.42). O Atlas do Esporte no Brasil, publicado em 2005, aponta ser de 400.000 o número de mulheres praticantes de futebol no Brasil (Dacosta, 2005).
7. 4o. Lugar na Olimpíada de Atlanta (1996); Tri-campeão no 3o. Campeonato Sul Americano (Argentina, 1998); 3o. lugar no 3o. Campeonato Mundial (Estados Unidos, 1999); 4o. lugar nas Olimpíadas de Sidney (Austrália, 2000) e Tetra-Vampeãs no 4o. Campeonato Sul Americano (República Dominicana, 2002) e 2o. lugar nas Olimpíadas de Atenas (2004).

Referências

- ADELMAN, M. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. *Revista Estudos Feministas*, v.12, p.445-65, 2003.
- AZEVEDO, F. *Da educação physica*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920.
- BALLARYNI, H. Por que a mulher não deve praticar o futebol. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, v.49, p.34-41, 1940.
- BERARDINELLI, W. As fórmulas feminina e a educação física: a moda social e a moda biológica. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, v.28, p.13-9, 1939.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. **Decreto-Lei no. 3199**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941.
- CARDOSO, M. Elas venceram. *Revista Veja*, São Paulo, n.1645, p.20-2, 2000.
- COUBERTIN, P. As mulheres e os esportes. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, v.21, p.60, 1938.
- DACOSTA, L.P. (Ed.). **Atlas do esporte no Brasil**: atlas do esporte, educação física, atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.
- GOELLNER, S.V. **Bela, maternal e feminina**: imagens da mulher na Revista Educação Physica. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2003.
- HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KNIJNIK, J.D.; VASCONCELLOS, E.G. Sem impedimento: o coração aberto das mulheres que calçam chuteiras no Brasil. In: COZAC, J.R. (Ed.). **Com a cabeça na ponta da chuteira**: ensaios sobre a psicologia do esporte. São Paulo: Annablume/Ceppe, 2003.
- LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- Le GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LOURO, G. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.20, p.99-108, 1995.
- LOYOLA, H. Pode a mulher praticar o futebol. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, v.46, p.41-5, 1940.
- MOREL, M.; SALLES, J.G.C. Futebol feminino. In: Dacosta, L.P. (Ed.). **Atlas do esporte no Brasil**: atlas do esporte, educação física, atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.
- MOURÃO, L.; MOREL, M. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.26, p.73-86, 2005.
- MULHERES entram em campo. **Zero Hora**, Porto Alegre, 2 fev. 2003. Caderno Esportes, p.40-42.
- OLIVIER, D. Uma celebridade do apito. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.49, 2005.
- PESAVENTO, S.J. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.20, p.54-73, 1995.
- SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, M.C.P.; COSTA, M.M.; SALLES, J.G.C. Representação social do futebol feminino na imprensa brasileira. In: VOTRE, S.; SALLES, J.G.C. (Eds.). **Representação social do esporte e da atividade física**: ensaios etnográficos. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998.
- THARDIÉRE, M. Mães fortes fazem filhos fortes. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, v.39, p.60, 1940.
- WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G.L. (Ed.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ENDEREÇO

Silvana Vilodre Goellner
Escola de Educação Física
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
R. Felizardo, 750 - Jd. Botânico
90690-200 - Porto Alegre - RS - BRASIL

Recebido para publicação: 23/06/2005
Aceito: 27/09/2005